



INSTITUTO
do Trópico
SUBÚMIDO

PLANO DIRETOR

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

INSTITUTO DO TRÓPICO SUBUMIDO

PLANO DIRETOR

APRESENTAÇÃO

Em 1990, a Universidade Católica de Goiás, juntamente com a EMCIDEC - Empresa Estadual de Ciência e Tecnologia, por iniciativa desta, convidaram um grupo de profissionais, para pensarem a criação de um centro de pesquisas ambientais para o Estado de Goiás.

Com o decorrer do tempo, a idéia tomou corpo e avolumou-se no sentido de se criar um Instituto, que fosse ao mesmo tempo um centro de excelência para o cerrado, um órgão ambientalista e que propusesse também um novo modelo de universidade, centrado em ações holísticas, integradas e multidisciplinares capaz de fomentarem o advento de um novo saber. Surgia assim o embrião do Instituto do Trópico Subúmido, (ITS) que agregou a estes princípios a noção de Sistema Biogeográfico dos Cerrados.

Foram convidados para participarem das discussões iniciais os professores: José Carlos Avelino da Silva, Altair Sales Barbosa, Everaldo Antônio Pastore, Francisco Leonardo T. Garro, Ernesto Camelo de Castro, Itaborai Velasco Nascimento, Marcos Antônio Sperb Leite e José Izecias.

Desse grupo apenas os professores, Altair Sales Barbosa, Alberto José Centeno, Everaldo Pastore, José Carlos Avelino da Silva, Marco Antonio Sperb Leite com a inclusão do prof. Pe. José Pereira de Maria, assumiram e aprofundaram mais a idéia do Instituto do Trópico Subúmido cujas linhas orientadoras organizadas pelo prof. Altair Sales Barbosa estão contidos neste documento.

Durante a sua existência, até o período de junho de 1992, o ITS já organizou seis encontros regionais das ONGs Goianas para o Meio Ambiente e num desses encontros foi eleito Secretaria Executiva do Fórum das ONGs de Goiás. Já divulgou diversas notícias e já colocou em circulação a Revista Contribuições, que constitui um dos seus títulos editoriais. Também alguns projetos de pesquisa já se encontram em andamento e três Estações de Ciência (Jatai, Mineiros e São José), já foram implantadas.

Goiânia, junho/92.

1. DOS PRINCÍPIOS

1.1. DAS RAZÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO DO TRÓPICO SUBÚMIDO

A Universidade é uma das instituições nacionais, que detêm maior potencialidade para se colocarem na vanguarda de movimentos culturais que conduzam a superação da situação de subdesenvolvimento em que a população nacional se encontra. Para tal deve se reestruturar e criar mecanismos eficientes de participação nas decisões da sociedade em que se insere, com projetos que primem pela objetividade e eficiência.

Nessa perspectiva, são colocadas as questões relacionadas ao meio ambiente: seu conhecimento, preservação, recuperação e organização. Não cabe, no espaço dessa introdução, discorrer sobre a importância que cerca o tema para a própria vida no planeta, mas convém destacar o compromisso histórico que toda instituição lúcida deve ter, neste sentido, especialmente a Universidade.

Em conseqüência, a Universidade não pode fugir a esta realidade nem a este compromisso, mas, pelo contrário, tem que se posicionar na vanguarda deles, tomando a dianteira da condução de um processo técnico-educativo que leve a resultados concretos. Entretanto, para que suas propostas possam encontrar ressonância, suas atividades devem ser caracterizadas pela competência e credibilidade. Nesta ótica, reveste-se de fundamental importância um Instituto com preocupação específica de conhecer o meio ambiente, através de práticas científicas e didáticas, propor planos de organização e recuperação dele e, ainda, despertar na população geral a consciência para os diferentes matizes que enriquecem o assunto, assim como para os perigos óbvios da degradação.

1.1.1 - DO COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE

Não é fácil identificar os problemas da Universidade, no contexto de um país de escala continental e de estruturas subdesenvolvidas, como o Brasil. A Universidade, no primeiro mundo, pode ser considerada um centro sem grandes problemas, do ponto de vista do desempenho de seus papéis básicos, de refletir, de pesquisar, e de ensinar com tranqüilidade, para levar à sociedade o conhecimento acumulado e o conhecimento em produção. No terceiro mundo, porém, principalmente numa área carente como é a Região Central do Brasil, a Universidade se defronta com necessidades muito mais dramáticas e urgentes que a levam a integrar, em seus objetivos básicos, a luta encarniçada pela superação do subdesenvolvimento das populações de que faz parte e ainda tem a missão de fazer tudo aquilo que uma Universidade deve fazer para recuperar, seletivamente, o conhecimento acumulado, através dos tempos e, sobretudo, dos novos tempos, a fim de transmiti-lo à sociedade a que serve.

1.1.2. - DO COMPROMISSO DO PESQUISADOR

A pesquisa, na realidade de uma região pobre e periférica, tem que se filiar, assim, aos mesmos moldes da pesquisa que qualquer universidade do mundo deve fazer, no campo da Física, da Química, da Psicologia, da Geografia, da Arqueologia, da Sociologia, etc, mas, ao mesmo tempo, tem que assumir, com objetividade e determinação, os grandes problemas nacionais. Sua participação na guerra contra o subdesenvolvimento deve dar garantia de que revestirão em favor de toda a coletividade em apreço e, especialmente, das parcelas mais carentes dela, os recursos técnico-científicos acumulados ou em vias de elaboração, em ordem a ir possibilitando, de maneira crescente, às populações envolvidas, os bens e serviços decorrentes.

Conseqüentemente, o cientista, no terceiro mundo, não pode ser pesquisador inteiramente desligado da problemática sócio-econômica e político-cultural de sua sociedade, mas, pelo contrário, deve estar, profissional e humanamente, comprometido com a transformação da realidade circundante, ajudando criar as condições de desenvolvimento e de crescente bem-estar de seu povo. Sua participação no esforço da

comunidade quer superar a fome, a doença, a ignorância, a miséria, o sofrimento, o atraso e a marginalização, ajudando imprimir à ação planejada maior objetividade e eficiência. Engajando-se, desta maneira, no esforço de crescimento econômico-social da região em que vive e trabalha, o pesquisador ajudará robustecer o processo produtivo e a conseqüente distribuição de renda.

1.1.3. - DO MEIO E A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

No que diz respeito especificamente, à trajetória histórica da Universidade Católica de Goiás, a primeira Universidade do Centro-Oeste brasileiro, constatou-se que os objetivos que nortearam a sua criação foi o de influenciar, de modo especial na organização espacial da região Centro-Oeste, através de iniciativas que embasassem sua ocupação sustentável e incentivassem o seu desenvolvimento. Com o passar do tempo, entretanto viu-se que essa preocupação não teve a eficácia necessária. A ocupação do espaço, nem sempre foi efetuado de forma racional e o desenvolvimento não carrou para todas as parcelas da população os benefícios desejados. Ambos os processos foram conduzidos à margem da Universidade que, aos poucos, foi-se tornando impotente, diante dos acontecimentos.

A pesquisa que deveria estar na base de uma ocupação sustentável, da região, influenciando seu desenvolvimento global e a prática de atividades didáticas eficientes, nunca existiu, de forma suficiente, no seio da Universidade. E, por não constituir atividade fundamental, o conhecimento produzido foi insignificante, provocando reflexos num tipo de ensino, que se desenvolveu desvinculado da realidade concreta e, justamente por isso, incapaz, enquanto atividade básica, de poder influenciar nas decisões fundamentais.

Este vazio está sendo, aos poucos, preenchido por instituições que, paulatinamente, vão incrementando as atividades de pesquisa - ciência e tecnologia - mas cujos resultados não são carreados para a população global, de maneira homogênea, nem são utilizados para efeito de organização e planejamento ambiental e social. Seus objetivos nem

sempre caminham adequadamente neste sentido, por refletirem interesses imediatos das instituições e organismos a que se filiam.

1.1.4. - DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

A Universidade Católica de Goiás está implantada no Planalto Central Brasileiro, paisagem que integra o Sistema Biogeográfico dos Cerrados. Esse sistema biogeográfico, pelas características evolutivas e pelo "ambiente" que forma, se constitui num bioma de importância capital para os demais biomas continentais. Uma modificação mais significativa nos seus domínios, poderá influenciar decisivamente nos demais biomas do continente que o "circundam"...

Em termos de recursos naturais, o Sistema Biogeográfico dos Cerrados, ostenta uma fauna variada, monumentos geomorfológicos e uma grande quantidade de recursos vegetais, representados por frutos comestíveis, fibras, espécies "medicinais", madeiras, lenhas, etc.

Entretanto, este espaço geográfico enfrenta sérios problemas de desorganização, como consequência do modelo ocupacional que se implantou, a partir principalmente, da expansão da pecuária, da agricultura e dos desdobramentos urbanos, principalmente Goiânia e Brasília. Atualmente, o incremento das atividades de mineração, das atividades agrícolas, da demanda crescente de energia, que resulta na construção de represas e em tantas outras atividades, incluindo o crescimento desordenado de várias redes urbanas e malhas rodoviárias, tem contribuído para uma degradação cada vez mais crescente do meio geográfico.

Os profissionais que a Universidade forma e que mantém no seu quadro, (biólogos, geógrafos, arquitetos, engenheiros etc.), convivem com esta situação, sem a força necessária para modificá-la ou sem o preparo suficiente para tal, mesmo quando se tem a consciência desses níveis de desorganização e da responsabilidade social diante deles.

Portanto, se a Universidade, deseja ser agente de transformação, conduzir o processo de desenvolvimento, deve, antes de tudo, voltar-se

para o meio no qual se insere, procurando, através da pesquisa, conhecer, profundamente o ambiente que a envolve, nos seus aspectos físicos e humanos, desenvolver tecnologias para o aproveitamento dos seus recursos e estabelecer uma prática "didática" que seja ao mesmo tempo eficiente e eficaz, e caminhe para a formação de mentalidades globais e um novo saber.

1.1.5. - DOS CERRADOS

O Brasil possui sete grandes domínios morfoclimáticos e fitogeográficos que, em função da história evolutiva, mantém, de certa forma, uma interdependência ecológica.

O Chamado Domínio dos Cerrados, situado, fundamentalmente, no Planalto Central do Brasil, onde imperam climas tropicais de caráter subúmido com duas estações, constitui, pela posição geográfica, pelo caráter florístico, faunístico e geomorfológico, o ponto de equilíbrio entre aqueles variados domínios, uma vez que se conecta com eles, através de corredores hidrográficos. Os Chapadões Centrais do Brasil, cobertos pelo Domínio Morfoclimático e Fitogeográfico dos Cerrados, constituem a cumeeira do Brasil e, também, da América do Sul, pois distribuem significativa quantidade de água que alimenta as principais bacias hidrográficas do continente.

O Domínio dos Cerrados abrange todo o Estado de Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, inclui a parte do sul do Mato Grosso, oeste da Bahia, oeste de Minas Gerais, sul do Maranhão e grande parte do Piauí; prolonga-se, na forma de corredor, até Rondônia e, de forma disjunta, ocorre em certas áreas do nordeste brasileiro e parte de São Paulo. Ecologicamente, se relaciona às Savanas e há quem afirme que os cerrados são configurações regionalizadas destas. No Brasil, este tipo de paisagem recebe denominações diferentes, de acordo com a região: gerais, em Minas e Bahia; tabuleiro, em parte a Bahia e em algumas áreas do Nordeste; campina, costaneira, e carrasco, em outras regiões. Nenhuma dessas designações populares reflete a sua totalidade ecológica, referindo-se, apenas à uma modalidade fisionômica, às vezes associada a uma ou outra configuração geomorfológica. No mesmo sentido, o paradigma puramente botânico, não tem sido suficiente para

demonstrar a totalidade e a importância ecológica dos cerrados, uma vez que, apenas parcelas fragmentadas de sua composição são destacadas ou enfatizadas. Quando isto acontece, o caráter da biodiversidade, elemento marcante da ecologia dos cerrados, não recebe a importância merecida, nem sequer pode ser compreendida nos seus aspectos fundamentais.

Modernamente, a utilização do paradigma biogeográfico tem demonstrado um referencial de fundamental importância para entender o domínio dos cerrados em sua globalidade. Entendendo os diversos matizes, tanto abertos e umbrófilos, como subsistemas inter-atuantes e integrantes decisivos de um sistema maior. O conceito biogeográfico tem ressaltado a importância que os cerrados exercem para o equilíbrio dos demais biomas do continente, além de demonstrar que a principal característica da sua biocenose é a interdependência dos componentes aos diversos ecossistemas.

Os Cerrados exerceram papel fundamental, na vida das populações pré-históricas que iniciaram o povoamento das áreas interioranas do continente sulamericano. Na região dos cerrados, essas populações desenvolveram importantes processos culturais, que moldaram estilos de sociedades bem definidos em que a economia de caça e coleta engendrou modelos de organização espacial e social com características peculiares. Os processos culturais indígenas que se seguiram a este modelo, trouxeram pouca modificação e embora ocorresse o advento de agricultura incipiente, exercida nas manchas de solo de boa fertilidade natural, existentes no domínio dos cerrados, a caça e a coleta, continuaram sendo fatores econômicos decisivos nestas sociedades.

A partir do século XVIII, o panorama regional começa a sofrer sensíveis modificações, com o incremento da colonização européia, que se embrenhava pelo interior, à busca de ouro, pedras preciosas e índios escravos. Nesse contexto e a partir daquela data, surgiram os primeiros aglomerados urbanos e a exploração mais intensa dos recursos minerais que começava a se incrementar já provocava os primeiros sinais de degradação. Findo o ciclo da mineração, a região dos Cerrados permaneceu, economicamente, dedicada à criação extensiva do gado e à agricultura de subsistência.

Alguns desses modelos econômicos existem, em espaços localizados, até os dias atuais e outros modelos, mais simples, baseados no extrativismo, ainda são adotados por populações caboclas habitantes de espaços, também definidos.

O isolamento que a região manteve em relação às áreas mais populosas e economicamente dinâmicas do Brasil, até meados da década de 40, conservou até então, este quadro, apenas levemente inalterado, fato que a implantação de Goiânia e posteriormente Brasília alterou radicalmente, desestruturando os sistemas sociais implantados, e causando entropias de ordem biológica.

O potencial agrícola que os Cerrados têm demonstrado, associado ao fato de ser uma das últimas reservas da terra capaz de suportar, de modo imediato, a produção de cereais e a formação de pastagens, tem atraído, recentemente, grandes investimentos e criado modificações significativas, do ponto de vista da infra-estrutura de suporte, como represas, estradas, indústrias, que têm provocado o aumento dos aglomerados urbanos e o inchaço de algumas cidades. Esses fatos em conjunto, geram situações ambientalmente nocivas, com perspectivas deveramente preocupantes.

A causa fundamental desta situação pode ser encontrada no modelo econômico que se instalou, voltado para o lucro imediato, sem nenhuma preocupação com as questões globais do meio ambiente e da ecologia dos cerrados.

Se associa à ação do modelo econômico algumas variáveis, como a falta de ação integrada das forças sociais atuantes, no ambiente em tela, a falta de pesquisa científica que fundamenta o conhecimento orgânico do cerrado - mostrando seu potencial e seus limites - compreender-se-á a ausência de propostas concretas de planejamento ambiental e organização do espaço. E será fácil compreender também, que se as coisas continuarem no ritmo e na direção que têm apresentado, em breve se extinguirá um patrimônio genético de fundamental importância.

1.2. DA PROPOSTA

Diante do exposto, propõe-se a criação de um Instituto, voltado exclusivamente para o Sistema dos Cerrados, procurando suscitar o conduzir ações de ciência e tecnologia, de planejamento ambiental e organização do espaço, de desenvolvimento econômico sustentado e de educação, cujos processos finais devem resultar em produção de conhecimentos e de uma base econômica para que este Instituto se torne auto-suficiente. Na medida do possível o Instituto deverá integrar através dos seus projetos as instituições e órgãos de excelência existentes no espaço geográfico de abrangência do Sistema dos Cerrados.

As ações, embora voltadas para o Sistema dos Cerrados, devem ser inseridas num contexto universal e num conceito globalizante de meio ambiente e os projetos desenvolvidos, devem caracterizar ações integradas e multidisciplinares capaz de contribuir para a formação de novas mentalidades e de um novo conceito de saber.

1.2.1 - DO CONCEITO GLOBAL DO MEIO AMBIENTE

O meio ambiente natural está formado basicamente por quatro grandes recursos, três deles são de natureza material: o hidrosférico, o atmosférico e o litosférico. O quarto recurso está constituído pelos seres vivos que são sistemas de base físico-química, que possui variados padrões de organização específicos, que são automantíveis, autoperpetuáveis e autorreguláveis, que têm a capacidade de evoluir ao longo do tempo e de relacionar-se entre si e com o meio. Esses quatro recursos recebem a denominação de Biogeoestruturas, ou seja, representam as estruturas biológicas e geológicas do meio ambiente natural.

Também formam parte do meio ambiente natural uma série de fatores físicos e físico-químicos, tais como o clima ou regime climático, a energia, a gravidade e a gravitação, o relevo ou topografia, a intensidade de ruídos a concentração iônica, o fogo espontâneo ou de outras causas. Estes fatores, constituem, em seu conjunto, o chamado "Entorno" e varia de lugar, conferindo a cada ambiente suas características próprias.

Um terceiro conjunto de componentes são os chamados Sistemas Externos Incidentes que proporcionam insumos de energia e ou matéria. Entre estes, o Sol que proporciona energia radiante aos sistemas terráqueos, os sistemas marinhos, que proporcionam oxigênio aos sistemas terrestres aéreos, através dos ventos.

Os três grupos de componentes citados, biogeoestruturas, entorno e sistemas externos incidentes, não estão justapostos no meio ambiente natural, mas interatuam formando sistemas dotados de um alto grau de organização, como uma maneira de contrapor a tendência à entropia que têm os sistemas físicos e químicos. Esses sistemas que representam as unidades de organização do meio ambiente natural, recebem o nome de ecossistemas ou sistemas ecológicos. Cada ecossistema compreende uma comunidade biótica, ou seja, o conjunto de populações vegetais e animais que o formam e os recursos e o entorno desse setor ambiental, onde se localiza.

Um ecossistema é um sistema integrado por todos os organismos vivos incluindo o homem e pelos componentes físicos e químicos presentes, que ocupa o setor ambiental definido no espaço e no tempo e cujas propriedades reais de funcionamento e regulamentação derivam das interações de seus componentes, estando condicionado o comportamento de cada um, pelo estado dos outros.

O estudo e a investigação do meio ambiente natural tem sido tarefa específica da Ecologia, ciência de síntese, que tem utilizado em suas análises a informação básica das Ciências Naturais: Biologia, Física, Química, Geologia, Geografia Física etc.

O homem atual é um resultado de dois processos evolutivos que se sobrepuseram ao longo do tempo: a evolução biológica que comparte com os demais seres vivos e que fundamentalmente consiste na transferência de adaptações biológicas que facilitam a sobrevivência e a seleção das espécies e a evolução cultural, produto dos avanços tecnológicos logrados pela espécie humana em sua evolução biológica.

A evolução cultural tem significado por um lado, a organização do homem em grupos sociais que tem gerado problemas demográficos, problemas de saúde, problemas de educação, problemas institucionais

etc. Por outro lado, a evolução cultural agregou, ao fluxo básico de energia e de informação e de circulação de matéria, o fluxo do dinheiro como resultado dos intercâmbios e das transações, gerando assim uma série de variáveis econômicas relacionadas com produção, capital, trabalho, comércio, indústria, consumo, níveis de preços, planificação de inversões, maximização de ganho, transferências de tecnologias, etc. A aplicação das diversas tecnologias sobre as biogeoestruturas naturais não só originou diversas manufaturas como: artesanato, instrumentos, maquinários etc, como também deu origem a uma grande quantidade de ecossistemas artificiais, cidades, metrópoles, megalópoles, campos de cultivo, áreas de pastoreio, pastagens artificiais, represas, canais de regadio, rodovias, vias férreas, aeroportos, grandes usinas, complexos atômicos, etc. Por último, a evolução cultural tem originado uma série de estruturas culturais ou ideo-facturas: idéias filosóficas, crenças, conhecimentos valores, normas etc.

Este conjunto de variáveis sociais, econômicas e culturais constitui o chamado Meio Ambiente Social, campo de análise das ciências sociais: Sociologia, Psicologia, Antropologia, Geografia, Demografia, História etc.

O homem atual pertence portanto, a dois mundos diferentes: ao mundo natural por herança, já que é um ser vivo e ao mundo sócio-econômico-cultural, como consequência de sua própria evolução cultural.

O Meio Ambiente Humano atual é um sistema complexo no qual intervêm variáveis físicas, químicas, biológicas, sociais, econômicas e culturais o que dá origem a uma trama complexa de interação e interdependências.

Isto significa que quando se analisa um ecossistema humano tem que considerar, tanto as variáveis relacionadas com as biogeoestruturas, o entorno e os sistemas externos incidentes, como as variáveis relacionadas com as sócio-estruturas, as tecno-estruturas e as estruturas culturais. Como um todo integrado, porque a organização básica do ecossistema natural segue vigente ainda que profundamente modificada e enriquecida quanto ao número de variáveis participantes.

1.2.2. - DA NATUREZA DO INSTITUTO

O Instituto será um órgão de natureza científica, pedagógica e de extensão.

1.2.3. - DA DENOMINAÇÃO DO INSTITUTO

O Instituto se denominará, Instituto do Trópico Subúmido. Trópico Subúmido é uma nomenclatura universal que designa um domínio morfoclimático e biogeográfico situado na faixa tropical, onde a característica mais marcante da paisagem é o predomínio de uma formação vegetal denominada regionalmente "cerrados" (savanas) com clima de caráter subúmido, marcado por uma sazonalidade representada por duas estações definidas: uma seca, outra chuvosa.

1.2.4. - DOS PRINCÍPIOS DE FUNCIONAMENTO

1.2.4.1 - O Instituto do Trópico Subúmido, centrará suas ações no espaço do Sistema Biogeográfico dos Cerrados dos Chapadões Centrais do Brasil. Suas funções englobam atividades de ciência e tecnologia, ordenamento espacial, desenvolvimento sustentado, promoção humana e educação ambiental.

1.2.4.2 - As atividades serão desdobradas através de Programas que englobam Subprogramas, Projetos e Subprojetos.

1.2.4.3 - As atividades e pesquisa devem procurar integrar multidisciplinarmente diversas áreas do conhecimento, de acordo com a característica de cada projeto. As atividades didáticas devem priorizar programas de pós-graduação. As atividades de extensão, comunicação e prestação de serviços devem resultar em ações concretas de educação ambiental, planejamento ambiental, organização do espaço e desenvolvimento sustentado.

1.2.4.4 - O Instituto criará mecanismos para suscitar na Universidade a elaboração de projetos. Da mesma forma proporá atividades conjuntas cujos resultados proporcionem uma renovação da

prática pedagógica, visando alcançar uma melhor qualificação, bem como um direcionamento em função da problemática ambiental.

1.2.4.5 - Todos os projetos serão submetidos à apreciação de um Conselho.

1.2.4.6 - O Instituto buscará sempre se associar através de convênios com entidades de pesquisa, ensino ou extensão nacionais e estrangeiras.

1.2.4.7 - O Instituto terá um projeto editorial, com uma revista própria de publicação científica e permuta internacional. Terá também veículos de divulgação a nível popular (cartilhas, cartazes), vídeos etc.

1.2.4.8 - O Instituto manterá uma atividade de intercâmbio cultural, através de correspondências e trocas de publicações, com instituições nacionais e internacionais.

1.2.4.9 - O Instituto manterá uma biblioteca.

1.2.4.10 - O Instituto organizará e manterá um acervo científico próprio.

1.2.4.11 - O Instituto manterá um "Museu do Meio Ambiente".

1.2.4.12 - O Instituto viabilizará a implantação de Estações Ciência.

1.2.5 - DAS FUNÇÕES DO INSTITUTO

São funções do Instituto:

1.2.5.1 - Desenvolver atividades de pesquisa, científica e tecnológica, visando o conhecimento do Sistema Biogeográfico dos Cerrados e o desenvolvimento de tecnologias associadas ao aproveitamento dos seus recursos naturais e reciclagem de detritos e recuperação dos espaços degradados.

- 1.2.5.2 - Desenvolver estudo para a implantação de Estações de Ciência, Parques, Reservas Ecológicas, e áreas de Preservação, visando sua utilização como campos de estágio, para atividades didáticas e científicas.
- 1.2.5.3 - Desenvolver atividades de extensão e comunicação visando a educação ambiental e a "universalização" do conhecimento. Estas atividades serão dirigidas ao público especializado e não especializado e concretizadas por programas editoriais, museus e veiculação.
- 1.2.5.4 - Desenvolver atividades didáticas, interagindo com a Universidade, em suas atividades básicas, bem como através da organização de cursos de pós-graduação na área de domínio do Instituto e atividades de curta duração.
- 1.2.5.5 - Desenvolver atividades de natureza ambientalista visando propostas concretas de planejamento ambiental, tanto para áreas urbanas, como para áreas rurais. Atuar na recuperação de áreas degradadas e elaborar estudos de impacto ambiental, por iniciativa própria ou em decorrência de solicitações de entidades públicas e privadas.
- 1.2.5.6 - Desenvolver as atividades administrativas relacionadas à natureza do Instituto.

1.2.6 - DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

São quatro as áreas de atuação do Instituto do Trópico Subúmido, representadas pelas coordenadorias de: Ciência e Tecnologia, Planejamento Ambiental e Organização do Espaço, Desenvolvimento e Economia dos Cerrados e Educação.

1.2.6.1 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

A área de Ciência e Tecnologia terá a responsabilidades da execução dos Programas:

- a) Programa de Pesquisas Integradas do Trópico Subúmido, que tem por objetivo a execução de projetos de natureza científica que visem um conhecimento multidisciplinar do Sistema Biogeográfico dos Cerrados, em toda sua dimensão.
- b) Programa de Pesquisas para Conhecimento Científico e Desenvolvimento Tecnológico para Aproveitamento dos Recursos dos Cerrados, que tem por objetivo e execução de projetos de natureza técnico-científica que visem o conhecimento e o aproveitamento racional e comercial dos recursos naturais do Sistema Biogeográfico dos Cerrados.
- c) Programa de Controle da Poluição e Reciclagem de Detritos, que tem por objetivo a execução de projetos de natureza técnico-científica que visem a utilização de tecnologias existentes, aperfeiçoamento e desenvolvimento de novas, para a transformação e aproveitamento de detritos, tanto urbanos como rurais e para controle de agentes poluidores.

1.2.6.2 - PLANEJAMENTO AMBIENTAL E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

A área de Planejamento Ambiental e Organização do Espaço, terá a responsabilidade da execução dos Programas:

- a) Programa para Organização do Espaço, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem a delimitação sistemática de determinado espaço geográfico para a elaboração de propostas que resultem em ações concretas de ocupação e manejo racional do espaço.
- b) Programa para Recuperação de áreas e Obras Degradadas: que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem a restauração de áreas, onde houve alteração do equilíbrio ecológico decorrente da ação antrópica e de monumentos e obras alterados por agentes naturais ou antrópicos.
- c) Programa para Estudo de Impacto Ambiental: tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem a

prevenção e controle de obras e processos impactantes de natureza antrópica, em áreas naturais e monumentos patrimoniais.

1.2.6.3 - DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA DOS CERRADOS.

A área de Desenvolvimento e Economia dos Cerrados, terá a responsabilidade da execução dos Programas:

- a) Programa de Estudos Regionais, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem o conhecimento dos processos relativos à organização econômica do espaço e à organização espacial da economia, na área de abrangência dos cerrados.
- b) Programa dos Vetores Internacionais, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem a relação da economia regional com os processos de economia mundial.
- c) Programa de Demanda Populacional e Demografia Aplicada, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem o conhecimento dos processos de equilíbrio e desequilíbrio, causados por concentração e ou demanda populacional, da mesma forma procura evidenciar a função polarizadora de certos "espaços" e apresentar propostas que minimizam as situações de entropia.
- d) Programa das Soluções Econômicas e Preservação da Dignidade Humana, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza econômico-social, que visem a elaboração de propostas para a viabilização de política de planejamento ambiental, centrada em modelos de desenvolvimento sustentado, em alternativas de desenvolvimento baseado no incentivo à exploração dos recursos nativos, com tecnologia acessível e ainda propostas para melhor distribuição da renda.

1.2.6.4 – EDUCAÇÃO

A área de Educação, terá a responsabilidade da execução dos Programas:

- a) Programa de Atividades de Graduação, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza acadêmica que visem propor e acompanhar sistemas curriculares e disciplinas vinculadas ao meio ambiente integradas nos cursos de graduação, numa perspectiva ambientalista e de formação dos futuros profissionais em ordem a poderem conhecer adequadamente, valorizar, defender, promover e recuperar o meio ambiente. dessa forma reúne projetos de natureza acadêmica que visem a execução e organização de atividades de estágios, cursos de extensão, palestras, simpósios, seminários e congressos, no âmbito de domínio do Instituto.
- b) Programa de Atividades de pós-graduação, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza acadêmica, que visem a execução e organização de atividades de pós-graduação, principalmente cursos e estágios, priorizando os níveis de mestrado e doutorado.
- c) Programa de Atividades Extra Escolares, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza educativo-extensionista, que visem a implantar a educação ambiental e despertar mentalidades para pesquisas, utilizando multi-meios.
- d) Programa do Material Educativo de Baixo Custo, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza didático-extensionista para a produção e divulgação de material educativo e instrumental de baixo custo, através da ação integrada com as áreas de conhecimentos estruturadas na Universidade.

2. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 - DA VINCULAÇÃO

- O Instituto se vinculará à Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Católica de Goiás.

2.2 .DA ORGANIZAÇÃO

- O Instituto terá a seguinte composição organizacional:

- a) Um Conselho Técnico-Científico
- b) Uma Direção
- c) Uma Secretaria Administrativa
- d) Uma Superintendência das Estações Ciência
- e) Uma Superintendência Editorial.
- f) Uma Coordenadoria de Ciência e Tecnologia.
- g) Uma Coordenadoria de Planejamento Ambiental e Organização do Espaço.
- h) Uma Coordenadoria de Desenvolvimento e Economia dos Cerrados.
- i) Uma Coordenadoria de Educação.
- j) Um corpo de pesquisadores.
- k) Um corpo de bolsistas e estagiários.
- l) Um corpo de consultores "ad hoc".
- m) Um corpo honorário.

2.2.1 - DO CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

2.2.1.1 - O Conselho Técnico-Científico é constituído pelos Vice-Reitores da UCG, pelo Diretor do Instituto, pelos diretores dos departamentos da UCG: EDU, ARQ, CBB, IGPA e HGS, por um representante da UFG, um do IBAMA, um da EMBRAPA, um da FEMAGO, um da EMGOPA, pelo Secretário Regional da SBPC e por um representante dos pesquisadores do Instituto do Trópico Subúmido escolhido pelo seus pares.

2.2.1.2 - O Vice-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UCG, presidirá o Conselho Técnico-Científico.

2.2.1.3 - São atribuições do Conselho Técnico-Científico:

2.2.1.3.1 - Orientação crítica na condução das atividades do Instituto.

2.2.1.3.2 - Prestar assessoria científica e acadêmica ao Diretor do Instituto.

2.2.1.4 - Os membros do Conselho Técnico-Científico não receberão remuneração pelas atividades de Conselheiro.

2.2.1.5 - O Conselho Técnico-Científico, reunir-se-á ordinariamente a cada 3 meses e extraordinariamente por convocação de seu presidente ou de maioria simples de seus membros, sempre que for necessário.

2.2.1.6 - Os Conselheiros, natos ou indicados por suas respectivas entidades serão designados formalmente pelo Reitor da Universidade Católica de Goiás.

2.2.2 - DA DIREÇÃO

2.2.2.1 - A Direção do Instituto será exercida por professor, pesquisador ou técnico de nível superior, com larga experiência nos campos de domínio do Instituto.

2.2.2.2 - O Diretor será indicado e designado por portaria do Reitor da UCG por um período de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido.

2.2.2.3 - São atribuições do Diretor:

2.2.2.3.1 - Encaminhar ao Presidente do Conselho Técnico-Científico do Instituto, a proposta de trabalho e orçamento para o ano seguinte, até o fim do mês de outubro, e até o final do mês de abril, o relatório das atividades técnico-financeiras do ano próximo passado.

2.2.2.3.2 - Integrar o Conselho Técnico-Científico do Instituto.

2.2.2.3.3 - Representar o Instituto.

2.2.2.3.4 - Manter contato com órgãos internos e externos visando a perfeita execução das atividades do Instituto.

2.2.2.3.5 - Requisitar da UCG serviços de professores e servidores administrativos que se fizerem necessários à execução do Plano de Trabalho, bem como as contratações necessárias.

2.2.2.3.6 - Supervisionar e Coordenar as atividades do Instituto.

2.2.2.3.7 - Coordenar, organizar e encaminhar aos seus respectivos destinos os projetos e as propostas administrativas do Instituto.

2.2.2.3.8 - Exercer a ação disciplinar no âmbito do Instituto.

2.2.2.3.9 - Presidir as reuniões internas do Instituto.

2.2.2.4 - A Direção está vinculada uma Secretaria Administrativa e duas Superintendências, sendo uma denominada Superintendência das Estações de Ciência, e outra denominada Superintendência Editorial.

2.2.3 - DA SUPERINTENDÊNCIA DAS ESTAÇÕES DE CIÊNCIA

2.2.3.1 - A Superintendência das Estações de Ciência, é um órgão que centralizará, todas as atividades ligadas ao Programa para implantação de Estações de Ciência, Parques e Reservas Ecológicas e áreas de Preservação Ambiental.

2.2.3.2 - A Superintendência das Estações de Ciência, se vinculará ao Diretor do Instituto.

2.2.3.3 - A Coordenação da Superintendência será exercida por um Conselho Superintendente, composto pelos coordenadores de áreas do Instituto e designado por Ato Próprio do Diretor.

2.2.3.4 - São atribuições da Superintendência das Estações de Ciência:

2.2.3.4.1 - Organizar, implantar e fomentar o Programa para Implantação de Estações de Ciência, Parques e Reservas Ecológicas e área de Preservação Ambiental.

2.2.3.4.2 - Definir em cada projeto específico referente a uma Estação de Ciência, a um Parque, a uma Reserva Ecológica, ou a uma área de Preservação ambiental, as funções princípios de funcionamento e estrutura organizacional de cada unidade.

2.2.3.5 - DO PROGRAMA PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÕES DE CIÊNCIA, PARQUES RESERVAS ECOLÓGICAS E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

Refere-se a um conjunto de atividades que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científico pedagógico-extensionista, que visem a implantação, coordenação e programação do que se está denominando "Estação Ciência". Da mesma forma congrega projetos que visem o encaminhamento de propostas para criação e implantação de Parques, Reservas Ecológicas e áreas de Preservação Ambiental.

2.2.4 - DA SUPERINTENDÊNCIA EDITORIAL

2.2.4.1 - A Superintendência Editorial é um órgão que centralizará todas as atividades ligadas ao Programa Editorial do Instituto.

2.2.4.2 - A Coordenação da Superintendência será exercida por um Conselho Editorial, composto de 5 membros, pertencentes ou não aos quadros do Instituto e designado por Ato Próprio do Diretor.

2.2.4.3 - São atribuições da Superintendência Editorial:

2.2.4.3.1 - Organizar, implantar e fomentar o Programa Editorial do Instituto.

2.2.4.3.2 - Definir a linha editorial de cada projeto específico.

2.2.4.4 - DO PROGRAMA EDITORIAL

- Refere-se a um conjunto de ações que serão desdobradas através de projetos que visem a prática editorial no âmbito de domínio do Instituto.

2.2.5 - DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

2.2.5.1 - A Secretaria Administrativa é um órgão de apoio à realização das atribuições da Direção e funcionará sob a coordenação e responsabilidade do Diretor.

2.2.5.2 - O Secretário Administrativo será escolhido e indicado pelo Diretor do Instituto.

2.2.5.3 - Das Atribuições da Secretaria Administrativa:

2.2.5.3.1 - Organizar o programa orçamentário do Instituto.

2.2.5.3.2 - Cuidar da parte administrativa dos projetos do Instituto.

2.2.5.3.3 - Cuidar da parte administrativa dos convênios do Instituto.

2.2.5.3.4 - Organizar e administrar um programa de circulação editorial.

2.2.5.3.5 - Organizar e administrar programas de produção e comercialização.

2.2.5.3.6 - Organizar os serviços de comunicação, recebendo, protocolando e distribuindo documentos e correspondências em geral.

2.2.5.3.7 - Classificar e arquivar documentos administrativos e correspondências.

2.2.5.3.8 - Providenciar a execução dos serviços de apoio administrativo e de secretaria.

2.2.6 - DA COORDENADORIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

2.2.6.1 - A Coordenadoria de Ciência e Tecnologia, é um órgão que centralizará todas as atividades ligadas especificamente aos Programas de Ciência e Tecnologia do Instituto.

2.2.6.2 - A Coordenadoria de Ciência e Tecnologia, será exercida por professor, pesquisador ou técnico de nível superior, com larga experiência na execução de programas científicos e tecnológicos, elaboração de projetos e captação de recursos.

2.2.6.3 - O Coordenador de Ciência e Tecnologia será indicado pelo Diretor do Instituto e designado por portaria do Reitor da UCG por um período de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido.

2.2.6.4 - A Coordenadoria de Ciência e Tecnologia terá a responsabilidade da execução dos Programas:

2.2.6.4.1 - Programa de Pesquisas Integradas do Trópico Subúmido, que tem por objetivo a execução de projetos de natureza científica que visem, um conhecimento multidisciplinar do Sistema Biogeográfico dos Cerrados, em toda sua dimensão.

2.2.6.4.2 - Programa de Pesquisas do Conhecimento Científico e Desenvolvimento Tecnológico para Aproveitamento dos Recursos dos Cerrados, que tem por objetivo a execução de projetos de natureza técnico-científica, que visem o conhecimento e o aproveitamento racional e comercial dos recursos naturais do Sistema Biogeográfico dos Cerrados.

2.2.6.4.3 - Programa de Controle da Poluição e Reciclagem de Detritos, que tem por objetivo a execução de projetos de natureza técnico-científica que visem a utilização de tecnologias existentes, aperfeiçoamento e desenvolvimento de novas, para

a transformação e aproveitamento de detritos, tanto urbanos como rurais e para controle de agentes poluidores.

2.2.6.5 - Das atribuições do Coordenador de Ciência e Tecnologia:

2.2.6.5.1 - Integrar o Conselho Superintendente das Estações de Ciência.

2.2.6.5.2 - Elaborar, coordenar e viabilizar os meios necessários para a execução dos Programas sob a responsabilidade da Coordenadoria.

2.2.6.5.3 - Encaminhar ao Diretor do Instituto a proposta de Plano de Trabalho e o Relatório das Atividades de sua coordenadoria, em consonância com o prazo estabelecido pela Direção do Instituto.

2.2.6.5.4 - Ouvido o Diretor designar, quando se fizer, necessário, os orientadores dos projetos específicos que compõem os Programas de responsabilidade da Coordenadoria.

2.2.7 - DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

2.2.7.1 - A Coordenadoria de Planejamento Ambiental e Organização do Espaço, é um órgão que centralizará todas as atividades ligadas especificamente aos Programas de Planejamento Ambiental e Organização Espacial, do Instituto.

2.2.7.2 - A Coordenadoria de Planejamento Ambiental e Organização do Espaço, será exercida por um professor, pesquisador ou técnico de nível superior com larga experiência na execução de programas de natureza técnico-científica e prestação de serviços, elaboração de projetos e captação de recursos e que tenha vivência no âmbito de domínio do Instituto.

2.2.7.3 - O Coordenador de Planejamento Ambiental e Organização do Espaço, será indicado pelo Diretor do Instituto e designado por portaria do Reitor da UCG, por um período de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido.

2.2.7.4 - A Coordenadoria de Planejamento Ambiental e Organização do Espaço, terá a responsabilidade da execução dos Programas:

2.2.7.4.1 - Programa para Organização do Espaço: que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem a delimitação sistemática de determinado espaço geográfico para a elaboração de propostas que resultem em ações concretas de ocupação e manejo racional do espaço.

2.2.7.4.2 - Programa para Recuperação de áreas e Obras Degradadas, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem a restauração e recuperação de áreas, onde houve alteração do equilíbrio ecológico decorrentes da ação antrópica e de monumentos e obras alteradas por agentes naturais ou antrópicos.

2.2.7.4.3 - Programa para Estudo de Impacto Ambiental, tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem a prevenção e controle de obras e processos impactantes de natureza antrópica, em áreas naturais e monumentos patrimoniais.

2.2.7.5 - A Coordenadoria de Planejamento Ambiental e Organização de Espaço, manterá uma oficina de Planejamento Urbano e Ambiental.

2.2.7.5.1 - Das atribuições do Coordenador de Planejamento Ambiental e Organização do Espaço:

2.2.7.5.2 - Integrar o Conselho Superintendente das Estações de Ciência.

2.2.7.5.3 - Elaborar, coordenar e viabilizar os meios necessários para a execução dos Programas sob a responsabilidade da Coordenadoria.

2.2.7.5.4 - Encaminhar ao Diretor do Instituto a proposta de um plano de trabalho e o relatório das atividades de sua coordenadoria em consonância com o prazo estabelecido pela Direção do Instituto.

2.2.7.5.5 - Ouvido o Diretor, designar quando se fizer necessário, os orientadores para os projetos específicos que compõem os programas de responsabilidade da Coordenadoria, bem como designar o orientador da Oficina de Planejamento Urbano e Ambiental.

2.2.7.6 - DA OFICINA DE PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL

2.2.7.6.1 - A Oficina de Planejamento Urbano e Ambiental é um Programa Especial de Apoio, vinculado à Coordenadoria de Planejamento Ambiental e Organização do Espaço, do Instituto, que tem por objetivo a congregação de projetos associados ao estudo do planejamento da rede urbana e paisagismo.

2.2.7.6.2 - O detalhamento da Oficina é objeto de documento complementar.

2.2.8 - DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA DOS CERRADOS

2.2.8.1 - A Coordenadoria de Desenvolvimento e Economia dos Cerrados, é um órgão que centralizará todas as atividades ligadas especificamente aos Programas de Estudos Regionais, Demografia, Economia e Desenvolvimento sustentado dos Cerrados.

- 2.2.8.2 - A Coordenadoria de Desenvolvimento e Economia dos Cerrados, será exercida por professor, pesquisador ou técnico de nível superior, com larga experiência na prática administrativa e relações internacionais e que tenha vivência no âmbito de domínio do Instituto.
- 2.2.8.3 - O coordenador de Desenvolvimento e Economia dos Cerrados, será indicado pelo diretor do Instituto e designado por portaria do Reitor da UCG, por um período de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido.
- 2.2.8.4 - A Direção de Desenvolvimento e Economia dos Cerrados, terá a responsabilidade da execução dos programas:
- 2.2.8.4.1 - Programa de Estudos Regionais, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem o conhecimento dos processos relativos à organização econômica do espaço e à organização espacial da economia, na área de abrangência dos cerrados.
- 2.2.8.4.2 - Programa dos Vetores Internacionais, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica que visem a relação da economia regional com os processos da economia mundial.
- 2.2.8.4.3 - Programa de Demanda Populacional e Demografia Aplicada, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem o conhecimento dos processos de equilíbrio e desequilíbrio causados por concentração e ou demanda populacional, da mesma forma procura evidenciar a função polarizadora de certos "espaços" e apresentar propostas que minimizem as situações de entropia.
- 2.2.8.4.4 - Programa das Soluções Econômicas e Preservação da Dignidade Humana, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza econômico-social, que visem a elaboração de propostas para a orientação políticas de planejamento ambiental, centradas em modelos de desenvolvimento sustentado, em alternativas de desenvolvimento baseado no

incentivo à exploração racional dos recursos nativos, com tecnologia acessível e propostas para melhor distribuição da renda.

2.2.8.5 - A Coordenadoria de Desenvolvimento e Economia dos Cerrados, manterá um Núcleo de Apoio Empresarial.

2.2.8.6 - São atribuições do Coordenador de Desenvolvimento e Economia dos Cerrados:

2.2.8.6.1 - Integrar o Conselho Superintendente das Estações de Ciência.

2.2.8.6.2 - Elaborar, coordenar e viabilizar os meios necessários para a execução dos Programas sob a responsabilidade da Coordenadoria.

2.2.8.6.3 - Encaminhar ao Diretor do Instituto a proposta de um plano de trabalho e o relatório das atividades de sua coordenadoria, em consonância com o prazo estabelecido pela Direção.

2.2.8.6.4 - Ouvido o Diretor do Instituto, designar, quando se fizer necessário, os orientadores para os projetos específicos que compõem os Programas de responsabilidade da Coordenadoria, bem como designar o orientador do Núcleo de Apoio Empresarial.

2.2.8.7 - DO NÚCLEO DE APOIO EMPRESARIAL

2.2.8.7.1 - O Núcleo de Apoio Empresarial, é um Programa Especial de Apoio vinculado à Coordenadoria de Desenvolvimento e Economia dos Cerrados, que tem por objetivo assessorar a iniciativas empresariais em áreas do Sistema Biogeográfico do Cerrados.

2.2.8.7.2 - O Núcleo manterá um banco de dados com informações sobre o Sistema dos Cerrados.

2.2.8.7.3 - O detalhamento do Núcleo, é objeto de documento complementar.

2.2.9 - DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO

2.2.9.1 - A Coordenadoria de Educação, é um órgão que centralizará todas as atividades ligadas especificamente aos Programas de Educação do Instituto.

2.2.9.2 - A Coordenadoria de Educação, será exercida por professor, pesquisador, ou técnico de nível superior com larga experiência na prática acadêmica e organização de cursos e eventos pedagógicos e que tenha vivência no âmbito de domínio do Instituto.

2.2.9.3 - O Coordenador de Educação, será indicado pelo Diretor do Instituto e designado por portaria do Reitor da UCG, por um período de 3 anos, podendo ser reconduzido.

2.2.9.4 - A Coordenadoria de Educação, terá a responsabilidade da execução dos Programas:

2.2.9.4.1 - Programa de Atividades de Graduação, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza acadêmica que visem propor e acompanhar sistemas curriculares e disciplinas vinculadas ao meio ambiente integradas nos cursos de graduação, numa perspectiva ambientalista e de formação dos futuros profissionais em ordem a poderem conhecer adequadamente, valorizar, defender, promover e recuperar o meio ambiente. Da mesma forma reúne projetos de natureza acadêmica que visem a execução e organização de atividades de estágios, cursos de extensão, palestras, simpósios, seminários e congressos, no âmbito de domínio do Instituto.

2.2.9.4.2 - Programa de Atividades de pós-graduação, tem por objetivo a reunião de projetos de natureza acadêmica, que visem a

execução e organização de atividades de pós-graduação, principalmente cursos e estágios, priorizando os níveis de mestrado e doutorado.

2.2.9.4.3 - Programa de Atividades Extra-Escolares, que tem por objetivo a reunião dos projetos de natureza educativo-extensionista, que visem implantar a educação ambiental e despertar mentalidades para pesquisas, utilizando multi-meios.

2.2.9.4.4 - Programa do Material Educativo de Baixo Custo, que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza didático-extensionista, que visem a produção e divulgação de material educativo e instrumental de baixo custo, através da ação integrada com as áreas de conhecimento e dos departamentos estruturados na Universidade.

2.2.9.5 - A Coordenadoria de Educação, manterá um Memorial do Meio Ambiente.

2.2.9.6 - São atribuições do Coordenador de Educação:

2.2.9.6.1 - Integrar o Conselho Superintendente das Estações Ciência.

2.2.9.6.2 - Elaborar, coordenar e viabilizar os meios necessários para a execução dos programas sob a responsabilidade da Coordenadoria.

2.2.9.6.3 - Encaminhar ao Diretor do Instituto a proposta de Plano de Trabalho e o relatório de sua coordenadoria em consonância com o prazo estabelecido pela Direção.

2.2.9.6.4 - Ouvido o Diretor do Instituto, designar, quando se fizer necessário, os orientadores para os projetos específicos que compõem os programas de responsabilidade da Coordenadoria, bem como designar o orientador do Memorial do Meio Ambiente.

2.2.9.7 - MEMORIAL DO MEIO AMBIENTE

2.2.9.7.1 - O Memorial do Meio Ambiente, é um Programa Especial de Apoio, vinculado à Coordenadoria de Educação, que tem por objetivo, estabelecer as diretrizes, organizar e implantar um conjunto de exposições, em local apropriado, denominado Memorial do Meio Ambiente.

2.2.9.7.2 - O detalhamento do Memorial, é objeto de documento complementar.

2.2.10 - DO CORPO DE PESQUISADORES

2.2.10.1 - O corpo de pesquisadores do Instituto será constituído por pesquisadores pertencentes ou não à UCG, que integrem projetos vinculados ao Instituto.

2.2.10.2 - Os pesquisadores da UCG, para assumirem a execução de seus projetos, via Instituto, deverão ter a aprovação do Departamento da UCG a que se vinculam.

2.2.10.3 - Os pesquisadores não pertencentes à UCG, chamados de pesquisadores Associados, para terem o apoio ao projeto de Pesquisa, vinculado à temática do Instituto do Trópico Subúmido, deverão ter anuência expressa da Instituição de origem.

2.2.11 - DO CORPO DE CONSULTORES AD HOC

2.2.11.1 - O Instituto comporá, a convite do Diretor um corpo de consultores ad hoc constituído por pesquisadores com larga experiência em suas respectivas áreas.

2.2.12 - DO CORPO DE BOLSISTAS E ESTAGIÁRIOS

2.2.12.1 - Bolsistas, estagiários e alunos só participarão do Instituto do Trópico Subúmido, quando vinculados a projetos.

2.2.13 - DO CORPO HONORÁRIO

2.2.13.1 - O Instituto do Trópico Subúmido, terá um corpo honorário, constituído por profissionais renomados e que tenham se destacado em questões científicas e ambientais no âmbito de atuação do Instituto, indicados pelo Diretor e homologados pelo Conselho Superior.

3.
DO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS, DAS
UNIDADES, DOS PROGRAMAS, DOS
PROJETOS

3.1. DA SUPERVISÃO DAS ESTAÇÕES CIÊNCIA

3.1.1. DA CARACTERIZAÇÃO

A Superintendência das Estações Ciência é um órgão do Instituto do Trópico Subúmido, que centralizará todas as atividades ligadas ao Programa para Implantação de Estações de Ciência Parques, Reservas Ecológicas e áreas de Preservação Ambiental-APAS. Seu vínculo administrativo se dará diretamente com a Direção do Instituto e sua Coordenação será exercida por um Conselho Superintendente.

3.1.2. DOS PROGRAMAS

A Superintendência terá a responsabilidade de um único programa, denominado "Programa para Implantação das Estações Ciência, Parques, Reservas Ecológicas e áreas de Preservação Ambiental- APAS.

3.1.2.1. PROGRAMA PARA IMPLANTAÇÃO DAS ESTAÇÕES CIÊNCIA, PARQUES, RESERVAS ECOLÓGICAS E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL-APAS.

O Programa para Implantação das Estações Ciência, Parques, Reservas Ecológicas, e áreas de Preservação Ambiental, refere-se a um conjunto de atividades que tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científico-pedagógico-extensionista, que visem a implantação, coordenação e programação, do que se está denominando "Estação Ciência". Da mesma forma, congrega projetos com propostas de encaminhamento aos órgãos competentes, para implantação de Parques, e Reservas Ecológicas e áreas de Preservação Ambiental, tanto em espaços urbanos como rurais.

3.1.2.1.1 DO CONCEITO DE ESTAÇÃO CIÊNCIA

Estação Ciência, refere-se a uma unidade de pesquisas integradas e multidisciplinares onde são desenvolvidas ações de ciência, tecnologia,

preservação, recuperação análise, planejamento do espaço e educação ambiental.

3.1.2.1.2 DO CONCEITO DE PARQUES

Parques, são áreas de extensão considerável, necessariamente do poder público, com riqueza de espécies, sítios geomorfológicos, arqueológicos ou habitats de interesse científico, educacional ou recreativo. Devem estar abertos à visitação pública. Podem ser Federais, Estaduais, Municipais ou Privados.

3.1.2.1.3 DO CONCEITO DE RESERVAS ECOLÓGICAS

Reservas Ecológicas, são áreas de tamanhos variáveis que se caracterizam por conter ecossistemas ou comunidades frágeis, de importância ecológica, em terras de domínio público e fechadas à visitação pública. Podem ser Federais, Estaduais, Municipais e Privadas.

3.1.2.1.4 DO CONCEITO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

áreas de Preservação Ambiental, são áreas destinadas à conservação da vida silvestre, recursos naturais, patrimônios culturais e manutenção de bancos genéticos, além de preservar a qualidade de vida dos habitantes da área. Podem ser Federais, Estaduais, Municipais ou Privadas.

3.1.3 OS SUBPROGRAMAS

O Programa para Implantação das Estações Ciência, Parques, Reservas Ecológicas e áreas de Preservação Ambiental, engloba quatro subprogramas assim denominados:

- a - Subprograma Estação Ciência,
- b - Subprograma de Parques,
- c - Subprogramas das Reservas Ecológicas,
- d - Subprograma das áreas de Preservação Ambiental

3.1.3.1 DO SUBPROGRAMA ESTAÇÃO CIÊNCIA

O Subprograma Estação Ciência, refere-se a uma subdivisão metodológica que visa exclusivamente a centralizar todas as atividades vinculadas à implantação, coordenação e programação das unidades denominadas Estações Ciência.

3.1.3.2 DO SUBPROGRAMA DE PARQUES

O Subprograma de Parques, refere-se a uma subdivisão metodológica, que visa exclusivamente centralizar todas as atividades vinculadas à elaboração e encaminhamento de propostas para criação de Parques Naturais e Culturais, tanto em espaços urbanos como rurais, bem como coordenação destes, de acordo com as necessidades.

3.1.3.3 DO SUBPROGRAMA DAS RESERVAS ECOLÓGICAS

O Subprograma das Reservas Ecológicas, refere-se a uma subdivisão metodológica, que visa exclusivamente centralizar todas as atividades vinculadas à elaboração e encaminhamento de propostas para criação de Reservas Naturais e Culturais, bem como da coordenação destas, de acordo com as necessidades.

3.1.3.4 DO SUBPROGRAMA DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

O Subprograma das áreas de Preservação Ambiental, refere-se a uma subdivisão metodológica que visa exclusivamente centralizar todas as atividades vinculadas à elaboração e encaminhamento de propostas para criação de áreas de Preservação Ambiental.

3.1.4 DOS PROJETOS

3.1.4.1 DOS PROJETOS DO SUBPROGRAMA ESTAÇÃO CIÊNCIA

- O Subprograma Estação Ciência, se subdividirá em projetos.

- A cada Estação Ciência corresponderá um projeto específico, contendo obrigatoriamente os itens: objetivo, justificativa, princípios de funcionamento, organização e orçamento.

- A implantação da Estação Ciência se viabilizará mediante convênio firmado entre o Instituto do Trópico Subúmido ou instituição à qual se vincula, com Instituições locais, públicas, privadas ou ambas.

3.1.4.1.1 DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ESTAÇÃO CIÊNCIA

- A Estação Ciência é um núcleo regional do Instituto do Trópico Subúmido

- De acordo com as peculiaridades e ou necessidades regionais, uma Estação ciência poderá priorizar uma área determinada de conhecimento ou uma atividade específica, objetivando tornar-se um centro de excelência, dentro desta prioridade.

- De acordo com as peculiaridades e ou necessidades regionais, uma Estação Ciência, poderá propor coordenar, organizar, implantar Parques de natureza diversa, Reservas de Sistemas Ecológicos e ainda áreas de Preservação Ambiental. Neste sentido, o subprograma Estação Ciência é mais abrangente que os Subprogramas de Parques, das Reservas Ecológicas e das áreas de Preservação Ambiental, integrantes do mesmo programa.

3.1.4.1.2. DA PREVISÃO A CURTO E MÉDIO PRAZO

- Estão previstas, para serem implantadas num prazo de cinco anos os seguintes projetos:

a - ESTAÇÃO CIÊNCIA SÃO JOSÉ
Município de Goiânia - Goiás
Implantada em 1992, projeto anexo

b - ESTAÇÃO CIÊNCIA DE MINEIROS

Município de Mineiros - Goiás
Implantada em 1991, projeto anexo

c - ESTAÇÃO CIÊNCIA MATO DO AÇUDE
Município de Jataí - Goiás
Implantada em 1991, projeto anexo

d - ESTAÇÃO CIÊNCIA DE CORRENTINA
Município de Correntina - Estado da Bahia
Em estudo

e - ESTAÇÃO CIÊNCIA SANTA CECÍLIA
Município de Aruanã, Estado de Goiás
Em estudo.

f - ESTAÇÃO CIÊNCIA DE BARRA-DO-GARÇAS
Município de Barra do Garças - Estado de Mato Grosso
Em estudo.

g - ESTAÇÃO CIÊNCIA DE SÃO GOTARDO
Município de São Gotardo - Estado de Minas
Gerais em estudo.

h - ESTAÇÃO CIÊNCIA DE PALMAS
Município de Palmas - Estado do Tocantins
Em estudo

3.1.4.2 DOS PROJETOS DO SUBPROGRAMA DE PARQUES

- O Subprograma de Parques, se subdividirá em projetos

- A cada Parque proposto, corresponderá um projeto específico, contendo obrigatoriamente os itens: objetivo, natureza do parque a ser criado, justificativa, princípios de funcionamento, organização e orçamento.

- O projeto será devidamente encaminhado ao órgão competente para sua viabilização.

3.1.4.2.1 DOS PRINCÍPIOS GERAIS DOS PARQUES

- A implantação de parque se dará por decreto em se tratando de áreas públicas e por em se tratando de áreas próprias do ITS ou áreas de propriedade privada.

- O ITS, ou Instituição maior a que se vincula, poderá receber como doação, áreas destinadas a esta finalidade.

- A participação do ITS em se tratando de áreas não próprias, se dará mediante documento firmado entre as partes envolvidas no projeto.

- Os parques propostos são unidades de preservação, cuja coordenação científica e em certos casos também administrativa está a cargo do Instituto do Trópico Subúmido.

- O Instituto do Trópico Subúmido, poderá outorgar a coordenação do Parque a uma de suas Estações Ciência.

3.1.4.2.2 -DA PREVISÃO A CURTO E MÉDIO PRAZO

a) Parque Ecológico Vereda dos Sete Galhos, Município de Correntina, Bahia. Vinculado à Estação Ciência de Correntina . Em estudo.

b) Parque Patrimonial do Morro Furado, Município de Coribe, Bahia. Vinculado a Estação Ciência de Correntina. Em estudo.

c) Parque Linear do Córrego do Botafogo, Município de Goiânia, Goiás. Vinculado à Estação Ciência São José. Em estudo.

d) Parque Linear do Córrego Anicuns, Município de Goiânia, Goiás. Vinculado à Estação Ciência São José. Em estudo.

e) Parque Patrimonial das Torres do Rio Bonito, Município de Caiapônia, Goiás. Vinculado à Estação Ciência Mato do Açude. Em estudo.

3.1.4.3 DOS PROJETOS DO SUBPROGRAMA DAS RESERVAS ECOLÓGICAS

- O Subprograma das Reservas Ecológicas, se subdividirá em projetos.

- Cada Reserva proposta corresponderá um projeto específico, contendo obrigatoriamente os itens: objetivos, natureza da reserva proposta, justificativa, princípios de funcionamento, organização e orçamento.

- O projeto será devidamente encaminhado ao órgão competente para sua viabilização.

3.1.4.3.1 DOS PRINCÍPIOS GERAIS DAS RESERVAS

- A implantação da Reserva se dará por decreto em se tratando de áreas públicas e por documento apropriado em se tratando de áreas próprias do ITS ou áreas de propriedade privada.

- O Instituto do Trópico Subúmido, ou Instituição maior a que se vincula, poderá receber como doação, áreas destinadas à esta finalidade.

- A participação do ITS, em se tratando de áreas não próprias, se dará mediante documento de convênio ou termo de cooperação firmado entre as partes envolvidas no projeto.

- A Coordenação Científica e em certos casos também administrativa da Reserva, estará a cargo do Instituto do Trópico Subúmido.

- O Instituto do Trópico Subúmido poderá outorgar a Coordenação da Reserva a uma de suas Estações Ciência.

3.1.4.3.2 DA PREVISÃO A CURTO E MÉDIO PRAZO

Não consta na previsão a implantação de reserva a curto e médio prazo

3.1.4.4 DOS PROJETOS DO SUBPROGRAMA DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

- O Subprograma das áreas de Preservação Ambiental, se subdividirá em projetos.

- A cada área de Preservação proposta, corresponderá um projeto específico, contendo obrigatoriamente os itens: objetivo, natureza, justificativa, princípios de funcionamento, organização e orçamento.

3.1.4.4.1- DOS PRINCÍPIOS GERAIS DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

- O Instituto do Trópico Subúmido poderá adquirir áreas de terras para implantação de APA's.

- A implantação de uma área de Preservação Ambiental em áreas de propriedade alheia, se viabilizará mediante convênio ou acordo firmado entre o Instituto do Trópico Subúmido, ou instituição maior à qual se vincula, e partes envolvidas, públicas ou privadas.

- A coordenação científica e administrativa das APAS, estará a cargo do Instituto do Trópico Subúmido.

- O Instituto do Trópico Subúmido, poderá outorgar a coordenação das APAs à uma de suas Estações Ciência.

3.1.4.4.2 DA PREVISÃO A CURTO E MÉDIO PRAZO

a - área de Preservação Ambiental do Caxambú, Município de Jataí, Goiás. Vinculada à Estação Ciência Mato do Açude. Em estudo.

b - área de Preservação Ambiental do Bonfim Município de Mineiros, Goiás. Vinculada à Estação Ciência Mato do Açude. Em estudo.

c - área de Preservação Ambiental Antonio Canjerana Município de Serranópolis, Goiás. Vinculada a Estação Ciência Mato do Açude. Em estudo.

d - área de Preservação Ambiental Manoel Braga Município de Serranópolis, Goiás. Vinculada à Estação Ciência Mato do Açude. Em estudo.

e - área de Preservação Ambiental Diogo L. de Lima Município de Serranópolis, Goiás. Vinculada a Estação Ciência Mato do Açude. Em estudo.

f - área de Preservação Ambiental Lagoa Feia, Município de Serranópolis, Goiás. Vinculada a Estação Ciência Mato do Açude. Em estudo.

g - área de Preservação Ambiental das Nascentes do Araguaia, Município de Mineiros, Goiás. Vinculada à Estação Ciência de Mineiros. Em estudo.

3.2 DA SUPERVISÃO EDITORIAL

3.2.1. DA CARACTERIZAÇÃO

A Superintendência Editorial é um órgão do Instituto do Trópico Subúmido, que centralizará todas as atividades ligadas ao Programa Editorial do Instituto. Seu vínculo administrativo se dará diretamente com a Direção e sua coordenação será exercida por um Conselho Editorial.

3.2.2. DOS PROGRAMAS

A Superintendência Editorial terá a responsabilidade de um único programa denominado Programa Editorial.

3.2.2.1. DO PROGRAMA EDITORIAL

O Programa Editorial refere-se a uma congregação de projetos que visem publicar e divulgar conhecimentos sobre o Sistema Biogeográfico dos Cerrados.

3.2.3. DOS SUBPROGRAMAS

O Programa Editorial congrega quatro Subprogramas, assim denominados:

- Subprograma dos Papéis Periódicos,
- Subprograma dos Papéis Avulsos,
- Subprograma de Vídeos,
- Subprograma dos Documentos Sonoros.

3.2.3.1. DO SUBPROGRAMA DOS PAPÉIS PERIÓDICOS

O Subprograma dos Papéis Periódicos refere-se a uma divisão metodológica do Programa Editorial, que congrega projetos editoriais com periodicidade definida.

3.2.3.2. DO SUBPROGRAMA DOS PAPÉIS AVULSOS

O Subprograma dos Papéis Avulsos refere-se a uma divisão metodológica do Programa Editorial, que congrega projetos editoriais sem periodicidade definida.

3.2.3.3. DO SUBPROGRAMA DE VÍDEOS

O Subprograma de Vídeos refere-se a uma divisão metodológica do Programa Editorial, que congrega projetos editoriais na forma de documentários científicos e educacionais elaborados para veicular na mídia televisiva, ou circuitos similares.

3.2.3.4. DO SUBPROGRAMA DOS DOCUMENTOS SONOROS

O Subprograma dos Documentos Sonoros refere-se a uma divisão metodológica do Programa Editorial, que congrega projetos editoriais veiculados em fitas e ou discos sonoros.

3.2.4. DOS PROJETOS

3.2.4.1. DOS PROJETOS DO SUBPROGRAMA DOS PAPÉIS PERIÓDICOS

O Subprograma dos Papéis Periódicos se subdividirá em projetos.

A cada título editorial, corresponderá um projeto específico, contendo obrigatoriamente os itens: objetivo, justificativa, princípios de funcionamento, organização gráfica e orçamento.

3.2.4.1.1. DA PREVISÃO A CURTO E MÉDIO PRAZOS

Estão previstos para serem implantados nos próximos três anos, os seguintes projetos:

- REVISTA DO TRÓPICO SUBÚMIDO

Periodicidade: Anual

Refere-se a uma publicação de permuta internacional, que congrega trabalhos de investigação científica e documentos inéditos em todas as línguas de uso corrente na ciência e que reflita os campos e domínios do Instituto do Trópico Subúmido.

- CONTRIBUIÇÕES - CONTRIBUTIONS TO THE SAVANA STUDY

Periodicidade: bimensal

Refere-se a uma publicação que tem por objetivo a veiculação de ensaios científicos curtos, comunicações de pesquisas em andamento,

resultados de discussões acerca do sistema biogeográfico dos cerrados e termos afins.

3.2.4.2. DOS PROJETOS DO SUBPROGRAMA DOS PAPÉIS AVULSOS

O Subprograma dos Papéis Avulsos se subdividirá em projetos.

A cada título editorial corresponderá um projeto específico, contendo obrigatoriamente os itens: objetivo, justificativa, princípios de funcionamento, organização gráfica e ainda orçamento.

3.2.4.2.1. DA PREVISÃO A CURTO E MÉDIO PRAZOS

Estão previstos para serem implantados nos próximos três anos, os seguintes projetos:

- CARTILHA ECOLÓGICA

Refere-se a uma publicação de natureza pedagógica, dirigida ao público infantil e juvenil, visando trabalhar ilustrativamente, conceitos básicos de ecologia, conhecimentos da flora, fauna, solos, clima e ocupação humana do Sistema dos Cerrados.

- EDUCAR E COLORIR

Refere-se a uma publicação de natureza pedagógica, na forma de pranchas, dirigida ao público em geral, infantil, juvenil e adulto, com ou sem escolaridade formal, visando, a partir de levantamentos preliminares de temas geradores, codificar estes temas, em forma de traços finos para serem coloridos e posteriormente decodificados.

- CARTAZES

Refere-se a uma publicação de natureza pedagógica, dirigida ao público em geral, explicitando temas de preocupações constantes e

momentâneas, dentro dos campos e domínios do Instituto do Trópico Subúmido.

- CARTÕES POSTAIS

Refere-se a uma publicação de natureza pedagógica, dirigida ao público em geral, abordando aspectos visuais de rara beleza e importantes do Sistema dos Cerrados.

- COMUNICAÇÕES

Refere-se a uma publicação de caráter científico, que visa divulgar notícias sobre pesquisas em andamento.

- LIVROS TEXTOS

Refere-se a uma publicação de caráter científico e pedagógico, visando à edição de trabalhos acabados, teses e manuais técnicos.

Além dos projetos mencionados, ficam abertas outras possibilidades editoriais, neste Subprograma.

3.2.4.3. DOS PROJETOS DO SUBPROGRAMA DE VÍDEOS

- O Subprograma de Vídeos se subdividirá em projetos.
- A cada título, corresponderá um projeto específico, contendo obrigatoriamente os itens: objetivo, justificativa, princípios de funcionamento, organização visual e orçamento.

3.2.4.3.1. DA PREVISÃO A CURTO E MÉDIO PRAZOS

Os projetos se encontram em fase de estudo.
Não há previsão a curto prazo.

3.2.4.4. DOS PROJETOS DO SUBPROGRAMA DOS DOCUMENTOS SONOROS

- O Subprograma dos Documentos Sonoros se subdividirá em projetos.

A cada título corresponderá um projeto específico, contendo obrigatoriamente os itens: objetivo, justificativa, princípios de funcionamento, organização sonora e gráfica e orçamento.

3.2.4.1. DA PREVISÃO A CURTO E MÉDIO PRAZOS

Os projetos se encontram em fase de estudo.
Não há previsão a curto prazo.

3.3 DA COORDENAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

3.3.1 - DA CARACTERIZAÇÃO

A Coordenadoria de Ciência e Tecnologia é um órgão do Instituto do Trópico Subúmido, que congregará todas as atividades associadas à ciência e tecnologia. O vínculo administrativo se dará diretamente com a Direção do Instituto.

3.3.2 - DOS PROGRAMAS

A Coordenadoria de Ciência e Tecnologia terá a responsabilidade de três programas assim denominados:

- Programa de Pesquisas Integradas do Trópico Subúmido.
- Programa do Conhecimento Científico e Desenvolvimento Tecnológico para Aproveitamento dos Recursos dos Cerrados.
- Programa do Controle da Poluição e Reciclagem de Detritos.

3.3.2.1 - DO PROGRAMA DE PESQUISAS INTEGRADAS DO TRÓPICO SUBÚMIDO

O Programa de Pesquisas Integradas do Trópico Subúmido refere-se a uma congregação de ações, organizadas em subprogramas e projetos de natureza científica que visem o conhecimento multidisciplinar

do Sistema Biogeográfico dos Cerrados, nos seus aspectos naturais e culturais e em todas as dimensões de temporalidade e espacialidade.

3.3.2.2 - DO PROGRAMA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA APROVEITAMENTO DOS RECURSOS DOS CERRADOS

O Programa do Conhecimento Científico e Desenvolvimento Tecnológico para Aproveitamento dos Recursos dos Cerrados refere-se a uma congregação de ações, organizadas em subprogramas e projetos de natureza técnico-científica, que visem o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de tecnologias apropriadas, associadas à utilização sustentada e à viabilização econômica dos recursos naturais dos cerrados.

3.3.2.3 - DO PROGRAMA DO CONTROLE DA POLUIÇÃO E RECICLAGEM DE DETRITOS

O Programa do Controle da Poluição e Reciclagem de Detritos refere-se a uma congregação de ações, organizadas em subprogramas e projetos de natureza técnico-científica, que visem o aperfeiçoamento das tecnologias existentes e o desenvolvimento de novas tecnologias para transformação e aproveitamento de detritos e para monitoramento e minimização do impacto de agentes poluidores.

3.3.3 - DOS SUBPROGRAMAS

Cada programa congrega um ou mais subprogramas, que por sua vez congrega um conjunto de projetos surgidos da necessidade científica ou circunstancial, que representam a força operacional do Instituto.

3.3.3.1 - DOS SUBPROGRAMAS DO PROGRAMA DE PESQUISAS INTEGRADAS DO TRÓPICO SUBÚMIDO

O Programa de Pesquisas Integradas do Trópico Subúmido congrega dois subprogramas:

- Subprograma dos Sistemas Ecológicos,
- Subprograma dos Sistemas Externos Incidentes.

3.3.3.1.1 - DO SUBPROGRAMA DOS SISTEMAS ECOLÓGICOS

O Subprograma dos Sistemas Ecológicos refere-se a uma congregação de projetos de natureza científica, que visem o conhecimento sistemático e aprofundado dos aspectos relacionados às biogeoestruturas e ao meio ambiente social, no domínio do Sistema Biogeográfico dos Cerrados.

3.3.3.1.2 - DO SUBPROGRAMA DOS SISTEMAS EXTERNOS INCIDENTES

O Subprograma dos Sistemas Externos Incidentes refere-se a uma congregação de projetos de natureza científica e tecnológica, que visem o conhecimento sistemático dos insumos de energia e de matéria, disponíveis no Sistema Biogeográfico dos Cerrados, como também ações preventivas e elaboração de propostas para assuntos ligados a problemas de natureza energética e radiativa.

3.3.3.2 - DOS SUBPROGRAMAS DO PROGRAMA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA APROVEITAMENTO DOS RECURSOS DOS CERRADOS

O Programa do Conhecimento Científico e Desenvolvimento Tecnológico para Aproveitamento dos Recursos dos Cerrados congrega dois subprogramas:

- Subprograma dos Recursos Biogeoestruturais,
- Subprograma dos Recursos do Entorno e Insumos Energéticos.

3.3.3.2.1 - DO SUBPROGRAMA DOS RECURSOS BIOGEOESTRUTURAIS

O Subprograma dos Recursos Biogeoestruturais refere-se à uma congregação de projetos de natureza técnico-científica, que visem o desenvolvimento e utilização de tecnologias apropriadas para elaboração de propostas de aproveitamento, enquanto fator de desenvolvimento, dos recursos que compõem as biogeoestruturas dos Cerrados, especialmente os recursos vegetais, animais, hídricos, minerais, edáficos e geomorfológicos.

3.3.3.2.2 - DO SUBPROGRAMA DOS RECURSOS DO ENTORNO E INSUMOS ENERGÉTICOS

O Subprograma dos Recursos do Entorno e Insumos Energéticos refere-se à uma congregação de projetos de natureza técnico-científica, que visem o desenvolvimento e utilização de tecnologias apropriadas para elaboração de propostas de aproveitamento, dos insumos de energia, proporcionados pelos ritmos climáticos, sol e matéria orgânica.

3.3.3.3 - DO SUBPROGRAMAS DO PROGRAMA DO CONTROLE DA POLUIÇÃO E RECICLAGEM DE DETRITOS

O Programa do Controle da Poluição e Reciclagem de Detritos congrega dois subprogramas:

- Subprograma do Controle da Poluição.
- Subprograma de Reciclagem de Detritos.

3.3.3.3.1 - DO SUBPROGRAMA DO CONTROLE DA POLUIÇÃO

O Subprograma do Controle da Poluição refere-se a uma congregação de projetos de natureza técnico-científica, que visem o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, e elaboração de propostas para ações minimizadoras dos agentes de poluição.

3.3.3.3.2 - DO SUBPROGRAMA DE RECICLAGEM DE DETRITOS

O Subprograma de Reciclagem de Detritos, refere-se a uma congregação de natureza técnico-científica, que visem o desenvolvimento de tecnologias e elaboração de propostas associadas à reciclagem de detritos.

3.4 DA COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

3.4.1. - DA CARACTERIZAÇÃO

A Coordenadoria de Planejamento Ambiental e Organização do Espaço é um órgão do Instituto do Trópico Subúmido, que congrega todas as atividades associadas aos Programas de Planejamento Ambiental, Organização do Espaço e Obras Impactantes, como também estudos e propostas para assuntos de urbanismo e paisagismo, através da Oficina de Planejamento Urbano e Ambiental. O vínculo administrativo se dará com a Direção do Instituto.

3.4.2. - DOS PROGRAMAS

A Coordenadoria de Planejamento Ambiental e Organização do Espaço terá a responsabilidade de três programas, assim denominados:

- Programa da Organização do Espaço,
- Programa da Recuperação de áreas e Obras Degradadas,
- Programa dos Estudos de Impacto Ambiental.

3.4.2.1 - DO PROGRAMA DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

O Programa da Organização do Espaço refere-se a uma congregação de ações organizadas em subprogramas e projetos de natureza técnico-científica, que visem à elaboração de propostas de planejamento ambiental, organização espacial, manejo e

desenvolvimento sustentado, a serem implantadas em espaços geográficos definidos por critérios científicos ou circunstanciais.

3.4.2.2 - DO PROGRAMA DA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS E OBRAS DEGRADADAS

O Programa da Recuperação de áreas e Obras Degradadas refere-se a uma congregação de ações organizadas em subprogramas e projetos de natureza técnico-científica, que visem a restauração e recuperação de áreas, com alterações do equilíbrio ecológico, decorrentes da ação antrópica e de monumentos e obras alteradas por agentes naturais ou antrópicos.

3.4.2.3 - DO PROGRAMA DOS ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL

O Programa dos Estudo de Impacto Ambiental refere-se a uma congregação de ações organizadas em subprogramas e projetos de natureza técnico-científica, que visem a elaboração de propostas para prevenção e controle de obras e processos impactantes de natureza antrópica, em áreas naturais e monumentos patrimoniais.

3.4.3 - DOS SUBPROGRAMAS

Os Programas se subdividem em subprogramas e estes em projetos.

3.3.1 - DOS SUBPROGRAMAS DO PROGRAMA DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

O Programa da Organização do Espaço congrega três subprogramas:

- Subprograma dos Espaços Urbanos,
- Subprograma dos Espaços Rurais,
- Subprograma de Parques e Reservas.

3.4.3.1.1 - DO SUBPROGRAMA DOS ESPAÇOS URBANOS

O Subprograma dos Espaços Urbanos refere-se a uma congregação de projetos de natureza técnico-científica, que visem à elaboração de propostas de planejamento ambiental e ordenamento espacial para áreas urbanas, tais como centros de cidades, periferias, fundos de vale, aglomerados ao longo de rodovias etc.

3.4.3.1.2 - DO SUBPROGRAMA DOS ESPAÇOS RURAIS

O Subprograma dos Espaços Rurais refere-se a uma congregação de projetos de natureza técnico-científica, que visem à elaboração de propostas de planejamento ambiental e ordenamento espacial para áreas rurais, tais como manejo de áreas agrícolas em chapadões, em fundos de vale, ou próximas a nascentes etc.

3.4.3.1.3 - DO SUBPROGRAMA DE PARQUES E RESERVAS

O Subprograma de Parques e Reservas refere-se a uma congregação de projetos de natureza técnico-científica, que visem à elaboração de propostas de planejamento ambiental, ordenamento espacial e manejo em áreas de Parques e Reservas.

3.4.3.2.2 - DOS SUBPROGRAMAS DO PROGRAMA DA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS E OBRAS DEGRADADAS

O Programa da Recuperação de áreas e Obras Degradadas congrega três subprogramas:

- Subprograma das Entropias Espaciais,
- Subprograma dos Monumentos Naturais e Arqueológicos,
- Subprograma dos Monumentos Históricos e Urbanos.

3.4.3.3.1 - DO SUBPROGRAMA DAS ENTROPIAS ESPACIAIS

O Subprograma das Entropias Espaciais refere-se a uma congregação de projetos de natureza técnico-científica, que visem estudos, elaboração e execução de propostas para recuperação de áreas degradadas por ação antrópica direta, ou por intemperismo decorrente de ações antrópicas indiretas. Estas propostas podem ser dirigidas para recuperação de nascentes, de micro-bacias, de matas ciliares, para formação de bosques, para transformação e recuperação de áreas de pastagens etc.

3.4.3.2.2 - DO SUBPROGRAMA DOS MONUMENTOS NATURAIS E ARQUEOLÓGICOS

O Subprograma dos Monumentos Naturais e Arqueológicos refere-se a uma congregação de projetos de natureza técnico-científica que visem estudos, elaboração e execução de propostas para recuperação e/ou preservação de monumentos naturais, tais como grutas e formações geomorfológicas de interesse paisagístico e científico e preservação e/ou recuperação de sítios arqueológicos pré-históricos situados a céu aberto ou em abrigos.

3.4.3.2.3 - DO SUBPROGRAMA DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS E URBANOS

O Subprograma dos Monumentos Históricos e Urbanos refere-se a uma congregação de projetos de natureza técnico-científica que visem estudos, elaboração e execução de propostas para recuperação e/ou preservação de monumentos históricos e urbanos, tais como painéis artísticos, estátuas, edificações etc.

3.4.3.3 - DOS SUBPROGRAMAS DO PROGRAMA DOS ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL

O Programa para Estudos de Impacto Ambiental não apresenta subdivisões em Subprogramas, sendo as ações organizadas diretamente na forma de projetos.

3.4.4 - DA OFICINA DE PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL

O Programa da Oficina de Planejamento Urbano e Ambiental refere-se a uma congregação de ações organizadas em projetos de natureza técnico-científica, que visem o estudo e encaminhamento de propostas para problemas relacionados a paisagismo, conurbação, sítios urbanos e metropolização.

3.5. DA COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA DOS CERRADOS

3.5.1 - DA CARACTERIZAÇÃO

A Coordenadoria de Desenvolvimento e Economia dos Cerrados é um órgão do Instituto do Trópico Subúmido, que congrega todas as atividades associadas aos Programas de Estudos Regionais, Demografia, Economia dos Cerrados Soluções Econômicas, Distribuição de Renda e Desenvolvimento Sustentado dos Cerrados.

O vínculo administrativo se dará com a Direção do Instituto.

A Coordenadoria manterá também um Núcleo de Apoio Empresarial, que é um programa para assessorar iniciativas empresariais na área de abrangência do Sistema Biogeográfico dos Cerrados.

3.5.2 - DOS PROGRAMAS

A Coordenadoria de Desenvolvimento e Economia dos Cerrados tem a responsabilidade de quatro programas, assim denominados:

- Programa dos Estudos Regionais
- Programa dos Vetores Internacionais
- Programa da Demanda Populacional e Demografia Aplicada
- Programa das Soluções Econômicas e Preservação da Dignidade Humana.

3.5.2.1 - DO PROGRAMA DOS ESTUDOS REGIONAIS

O Programa dos Estudos Regionais tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem o conhecimento dos processos relativos a organização econômica do espaço e a organização espacial da economia, na área de abrangência dos cerrados.

3.5.2.2 - DO PROGRAMA DOS VETORES INTERNACIONAIS

O Programados Vetores Internacionais tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem a relação da economia regional com os processos da economia mundial.

3.5.2.3 - DO PROGRAMA DA DEMANDA POPULACIONAL E DEMOGRAFIA APLICADA

O Programa da Demanda Populacional e Demografia Aplicada tem por objetivo a reunião de projetos de natureza técnico-científica, que visem o conhecimento dos processos de equilíbrio e desequilíbrio causados por concentração e/ou demanda populacional, da mesma forma procurando evidenciar a função polarizadora de certos "espaços" e apresentar propostas que minimizem as situações de entropia.

3.5.2.4 - DO PROGRAMA DAS SOLUÇÕES ECONÔMICAS E PRESERVAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

O Programa das Soluções Econômicas e Preservação da Dignidade Humana tem por objetivo a reunião de projetos de natureza econômico-social, que visem a elaboração de propostas para a implantação de políticas de planejamento ambiental, centradas em modelos de desenvolvimento sustentado, em alternativas de desenvolvimento baseadas no incentivo à exploração racional dos recursos nativos, com tecnologia acessível e propostas para melhor distribuição de renda.

3.5.3 - DOS SUBPROGRAMAS

Os Programas da Coordenadoria de Desenvolvimento e Economia dos Cerrados não apresentam subdivisões em subprogramas, sendo as ações organizadas diretamente na forma de projetos.

3.5.4 - DO NÚCLEO DE APOIO EMPRESARIAL

O Núcleo de Apoio Empresarial refere-se a um Programa Especial do Instituto, que congrega ações organizadas em projetos de natureza técnico-científico-pedagógica, que visem subsidiar informações e assessorar iniciativas empresariais, tanto em áreas rurais como urbanas, no domínio do Sistema Biogeográfico dos Cerrados. Visa, também, insentivar o surgimento de empresas, na perspectiva incubadora-incubada.

3.6. DA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO

3.6.1 - DA CARACTERIZAÇÃO

A Coordenadoria de Educação é um órgão do Instituto do Trópico Subúmido que congrega todas as atividades associadas aos programas de cunho educativo do Instituto, tanto no nível formal como informal.

O vínculo administrativo se dará com a Direção do Instituto.

A Coordenadoria manterá também o Memorial do Meio Ambiente, que é um Programa que tem por objetivo, estabelecer as diretrizes e organizar um grande museu, denominado Memorial do Meio Ambiente.

3.6.2 - DOS PROGRAMAS

A Coordenadoria de Educação tem a responsabilidade de quatro programas, assim denominados:

- Programa das Atividades de Graduação.
- Programa das Atividades de PÓS-GRADUAÇÃO.
- Programa das Atividades Extra-Escolares.
- Programa do Material Educativo de Baixo Custo.

3.6.2.1 - DO PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE GRADUAÇÃO

O Programa das Atividades de Graduação refere-se a uma congregação de ações, organizadas em subprogramas e projetos de

natureza acadêmico-pedagógica, que visem de maneira formal e informal promover atividades e sistemas curriculares integrados, que proporcionem a formação de um novo saber e um novo modelo de funcionamento acadêmico, onde os cursos funcionem como projetos integrados, capazes de produzirem no seu processo conhecimento novo e, em certos casos, uma base econômica.

3.6.2.2 - DO PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO

O Programa das Atividades de Pós-graduação refere-se a uma congregação de ações organizadas em subprogramas e projetos de natureza acadêmico-pedagógica que visem difundir e produzir conhecimentos avançados, através da implantação de cursos de pós-graduação formais e informais.

3.6.2.3 - DO PROGRAMA DAS ATIVIDADES EXTRA-ESCOLARES

O Programa das Atividades Extra-Escolares refere-se a uma congregação de ações organizadas em subprogramas e projetos de natureza educativa e extensionista que visem implementar a educação ambiental e despertar mentalidades para pesquisa, utilizando multi-meios.

3.6.2.4 - DO PROGRAMA DO MATERIAL EDUCATIVO DE BAIXO CUSTO

O Programa do Material Educativo de Baixo Custo refere-se a uma congregação de ações organizadas em projetos que visem a produção e divulgação de material educativo e instrumental de baixo custo, através da ação integrada com as áreas de conhecimento específico e dos departamentos estruturados na Universidade.

3.6.3 - DOS SUBPROGRAMAS

3.6.3.3.1 - DOS SUBPROGRAMAS DO PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE GRADUAÇÃO

O Programa das Atividades de Graduação congrega dois subprogramas:

- Subprograma da Graduação Formal.
- Subprograma da Graduação Informal.

3.6.3.1.1 - DO SUBPROGRAMA DA GRADUAÇÃO FORMAL

O Subprograma da Graduação Formal refere-se a uma congregação de projetos de natureza acadêmico-pedagógica que visem propor e acompanhar sistemas curriculares e disciplinas vinculadas a um paradigma holístico do meio ambiente, integradas nos cursos de graduação, com vistas à formação de profissionais engajados no conhecimento adequado, na valorização, na defesa, promoção e recuperação do meio ambiente.

3.6.3.1.2 - DO SUBPROGRAMA DA GRADUAÇÃO INFORMAL

O Subprograma da Graduação Informal refere-se a uma congregação de projetos de natureza didático-extensionista que visem a elaboração de propostas, execução e organização de atividades de estágios, seminários, cursos de extensão, palestras, simpósios e congressos no âmbito de domínio do Instituto.

3.6.3.2 - DOS SUBPROGRAMAS DO PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO

O Programa das Atividades de PÓS-GRADUAÇÃO congrega dois subprogramas:

- Subprograma da PÓS-GRADUAÇÃO Formal.
- Subprograma da PÓS-GRADUAÇÃO Informal.

3.6.3.2.1 - DO SUBPROGRAMA DA PÓS-GRADUAÇÃO FORMAL

O Subprograma da PÓS-GRADUAÇÃO Formal refere-se a uma congregação de projetos de natureza acadêmico-pedagógica que visem

a organização de cursos de pós-graduação, priorizando os níveis de mestrado e doutorado.

3.6.3.2.2 - DO SUBPROGRAMA DA PÓS-GRADUAÇÃO INFORMAL

O Subprograma da PÓS-GRADUAÇÃO Informal refere-se a uma congregação de projetos de natureza acadêmico-pedagógico-extensionista que visem a organização de cursos tratando de temas específicos, a nível de pós-graduação, mas de curta duração.

3.6.3.3 - DOS SUBPROGRAMAS DAS ATIVIDADES EXTRA-ESCOLARES

O Programa das Atividades Extra-Escolares congrega dois subprogramas:

- Subprograma de Divulgação e Educação Popular.
- Subprograma das Atividades Científicas Integradas.

3.6.3.3.1 - DO SUBPROGRAMA DE DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR

O Subprograma de Divulgação e Educação Popular refere-se a uma congregação de projetos de natureza didático-extensionista que visem a prática da educação ambiental em ambientes e atividades extra-escolares, utilizando-se de meios variados de comunicação.

3.6.3.3.2 - DO SUBPROGRAMA DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS INTEGRADAS

O Subprograma das Atividades Científicas Integradas refere-se a uma congregação de projetos de natureza didático-extensionista que visem a prática de ações despertadoras e motivadoras de atividades científicas extra-escolares, como suporte aos programas de educação formal.

3.6.3.4 - DOS SUBPROGRAMAS DO PROGRAMA DO MATERIAL EDUCATIVO DE BAIXO CUSTO

O Programa do Material Educativo de Baixo Custo não está subdividido em subprogramas, sendo as ações organizadas diretamente na forma de projetos.

3.6.3.5 - DO MEMORIAL DO MEIO AMBIENTE

O Memorial do Meio Ambiente refere-se a uma congregação de ações organizadas em projetos de natureza didático-extensionista que visem estabelecer as diretrizes, organizar e implantar um conjunto de exposições e outras ações associadas à implantação do Memorial do Meio Ambiente.

4. DOS RECURSOS PARA IMPLANTAÇÃO

4.1. DA CONTRAPARTIDA DA UNIVERSIDADE

A Universidade colocará a disposição do Instituto do Trópico Subúmido:

- a) corpo de pesquisadores, de acordo com a necessidade de cada projeto;
- b) terreno com área de 1.632.000 m² para implantação da Estação Ciência São José.

4.2. DA CONTRAPARTIDA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Os Poderes Público Municipais de Jataí, de Mineiros e de Correntina, colocarão respectivamente à disposição do Instituto do Trópico Subúmido:

- a) terreno com área de 40.000 m² para implantação da Estação Ciência Mato do Açude, Município de Jataí, Goiás;
- b) terreno com área 1.500.000 m², para implantação da Estação Ciência de Mineiros, Município de Mineiros, Goiás;
- c) terreno com grande área, ainda não definida, para implantação da Estação Ciência de Correntina, Município de Correntina, Bahia.

4.3. DA CONTRAPARTIDA DE PARTICULARES

Proprietários rurais, conforme entendimentos já mantidos, colocarão à disposição do Instituto do Trópico Subúmido para implantação de Estação Ciência, Parques, Reservas ou APAs, as seguintes áreas de terras:

- a) Terreno com grande área, ainda não definida totalmente, para implantação da Estação Ciência Santa Cecília, Município de Aruanã, Goiás.

- b) Terreno com área de aproximadamente 250.000 m², para implantação da área de Preservação Manoel Braga, município de Serranópolis, Goiás.
- c) Terreno com área de aproximadamente 250.000 m², para implantação da área de Preservação Diogo L. Lima, Município de Serranópolis, Goiás.
- d) Terreno com área de aproximadamente 25.000 m², para implantação da área de Preservação Antonio Canjarana, Município de Serranópolis, Goiás.
- e) Terreno com área de aproximadamente 250.000 m², para implantação da área de Preservação de Lagoa Feia, Município de Serranópolis, Goiás.
- f) Terreno com área de aproximadamente 300.000 m², para implantação da área de Preservação de Caxambú, Município de Jataí, Goiás.
- g) Terreno com área de aproximadamente 300.000 m², para implantação da área de Preservação do Bonfim, Município de Jataí, Goiás.

4.4 OUTROS DO PODER PÚBLICO

Além dessas áreas, o Instituto do Trópico Subúmido, já iniciou entendimentos junto ao Poder Público, com o objetivo da cessão de áreas, para implantação das seguintes unidades:

- a) Estação Ciência de Palmas, Município de Palmas, Estado do Tocantins.
- b) Estação Ciência de São Gotardo, Município de São Gotardo, Minas Gerais.
- c) Estação Ciência de Barra do Garças, Município de Barra do Garças, Mato Grosso.
- d) área de Preservação das Nascentes do Araguaia, Município de Mineiros, Goiás.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

- 1 - BARBOSA, Altair Sales - 1971 - Proposta de Criação do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia - (Núcleo de Pesquisas na UCG) documento inédito encaminhado ao Reitor da UCG.
- 2 - BARBOSA, Altair Sales - 1991 - Povoadores dos Cerrados - Tese de doutoramento. Smithsonian Institution - Washington D.C. - USA.
- 3 - AB'SABER, Aziz Nacib - 1984 - Universidade de São Paulo Raízes, Mudanças, Sobrevivência - 1934/84 Publ. ACIESP n. 45 - ABERTURA. São Paulo - SP.
- 4 - RIBEIRO, Darcy - A Universidade Necessária
- 5 - 1986 - Universidade Para Que? Série UnB - Ed. Univ. de Brasília. Brasília - DF
- 6 - BUARQUE, Cristovam
1989 - Na Fronteira Do Futuro (O Projeto da UnB Série UnB - Ed. da UnB. Brasília - DF.)
- 7 - FAISSOL, Speridião (Org.)
1978 - Tendências Atuais na Geografia Urbano/Regional (Teorização e Quantificação) IBGE - Rio de Janeiro - RJ
- 8 - CASTRO, Josué de
1968 - Geopolítica da Fome I e II volumes Ed. Brasiliense - São Paulo - SP
- 9 - SMITHSONIAN INSTITUTION,
1986 - Official Guide to the Smithsonian Washington D.C. – USA
- 10 - LAGO, Paulo Fernando
1986 - A Consciência Ecológica - a luta pelo futuro Ed. da UFSC.- Florianópolis - Santa Catarina